

PARA UM MODELO CRISTÃO DE DESENVOLVIMENTO

Manuel da Rocha Felício

1. EVANGELHO E LIBERTAÇÃO HUMANA

Como introdução ao tratamento do tema do desenvolvimento em sua visão cristã, é oportuna uma justificação prévia da relação legítima e necessária entre Mensagem do Evangelho e promoção humana. Passamos a analisar duas posições extremas, para depois indicar as últimas orientações do pensamento cristão sobre a matéria.

1.1. Tendência espiritualista

Um entendimento exclusivamente espiritualista da Mensagem Evangélica e do Cristianismo leva à separação radical entre Salvação e promoção humana. A Salvação é entendida como salvação da alma e não interfere nas acções e nos programas destinados a valorizar a dimensão corporal do ser homem. Como o que está em causa é uma concepção do homem em que só interessa a alma, o corpo fica marginalizado da Salvação.

Na base está uma antropologia unidimensional que não é nem antropologia bíblica nem a genuína antropologia cristã.

1.2. Tendência secularista

Por sua vez, a compreensão exclusivamente secularista da Mensagem Evangélica tende para fazer coincidir Salvação com promoção humana, sem quaisquer horizontes de transcendência. Nela o homem fica reduzido à expressão material e intramundana da sua vida. A Salvação só tem sentido enquanto forma de conseguir melhores condições materiais e basicamente económicas.

Também aqui o Homem fica reduzido a uma só dimensão. Neste caso, a dimensão material e social. Uma das formas que se tornaram clássicas nesta compreensão unidimensional do Homem é a do sistema marxista, com as suas muitas expressões políticas e respectivas variantes ideológicas.

1.3. Promoção Humana, dimensão do Evangelho

O Cristianismo teve sempre e continua hoje a ter absoluta necessidade de se demarcar das leituras materialistas da História. A sua visão do Homem, cuja dignidade enraíza na relação com Deus e na vocação a participar na Sua Vida, é marcadamente anti-materialista.

Mas é igualmente contra qualquer espiritualismo desencarnado, que admita ver na realidade corporal e social um mal necessário. A Salvação não é só para a alma, mas para o homem todo, abrangendo necessariamente o corpo e a dimensão social. Sobretudo os documentos publicados desde o Concílio Vaticano II opõem-se sistematicamente à compreensão unilateral do Homem e insistem no compromisso do Evangelho com os aspectos humanos e sociais da Salvação. E fazem-no em nome da genuína identidade evangélica.

Assim o documento final do Sínodo dos Bispos, reunido em Roma em 1971, seis anos depois do encerramento do Vaticano II, intitulado *Justiça no Mundo*, diz, logo na introdução:

“A acção pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho” (*Sínodo dos Bispos*, 1971: 49)¹.

Em 1974 realiza-se uma nova reunião do Sínodo dos Bispos, desta vez para tratar o tema da Evangelização. O documento que recolhe as grandes linhas aí debatidas diz, a propósito:

“Entre Evangelização e promoção humana — desenvolvimento, libertação — existem, de facto, laços profundos de ordem antropológica, dado que o homem que há-de ser evangelizado não é um ser abstracto, mas sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e económicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da Criação do plano da Redenção” (n.º 31).

Comentando este texto, Francis Fiorenza, professor na Universidade Católica da América, diz que a *Evangelii Nuntiandi* liga e distingue simultaneamente evangelização e libertação humana. A ligação existe por razões antropológicas e teológicas. Por sua vez a separação é necessária, porque algumas formas de libertação humana — política, social — não são compatíveis com o Evangelho e também porque a Evangelização é mais do que libertação (Fiorenza, 1982: 206).

De facto, se justiça for concebida no sentido bíblico de acção libertadora de Deus que exige uma resposta do Homem, então a justiça pode e deve ser definida como a essência do próprio Evangelho.

Quisemos, assim, deixar justificada a relação entre Evangelho e promoção humana.

2. NOÇÃO E NATUREZA DO DESENVOLVIMENTO

2.1. Os documentos

Para ter a noção de desenvolvimento segundo a visão cristã, na actualidade, há que recorrer a alguns documentos publicados desde o Concílio Vaticano II. Entre esses parece-nos de especial importância a “Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo”, ‘*Gaudium et Spes*’ (G.S.), do Concílio Vaticano II, publicada em 1965; a carta encíclica que o Papa Paulo VI publicou menos de dois anos depois do encerramento do Concílio Vaticano II sobre o Desenvolvimento dos Povos, “*Populorum Progressio*”, em 1967 (P.P.) e, mais recentemente, a carta encíclica de João Paulo II sobre a Solicitude Social da Igreja, “*Sollicitudo Rei Socialis*”, publicada em 1987 (S.R.S.).

O primeiro destes documentos representa em si mesmo a decisão tomada pela Igreja de partilhar até às últimas consequências a sorte dos povos em que se encontra inserida. Esta é a razão pela qual, segundo a análise do Dr. Murphy, que já atrás citámos, a G.S. evita toda a dicotomia entre Igreja e mundo e prefere falar de Igreja no mundo, participando nas batalhas da Humanidade, partilhando a sua história comum, lendo os sinais dos tempos, colaborando com todos na procura da solução comum para os problemas humanos” (cfr. Murphy, 1983: 307). A P. P. de Paulo VI é uma primeira aplicação do Concílio Vaticano II em matéria de Doutrina Social e a S. R. S. , vinte anos depois, retoma os seus grandes temas e reelabora-os para responder aos novos problemas sociais do desenvolvimento. Pretende sublinhar que na actualidade o Desenvolvimento se apresenta sobretudo como um problema moral ².

2.2. Desenvolvimento não é crescimento económico

Ao tentar uma definição de desenvolvimento convém começar por distingui-lo do crescimento económico. Enquanto este pretende apenas atingir o objectivo de aumentar as disponibilidades financeiras de indivíduos, grupos e povos, o desenvolvimento junta-lhe elementos novos, como seja a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população, tornando-a apta a participar em determinados projectos que considera seus.

Utilizando o pensamento de Capelo Martinez, ao comentar a G. S., podemos dizer que “o desenvolvimento implica, para além da estratégia económica, a reforma social. É o crescimento somado à evolução social, cultural e também económica” (Capelo Martinez, 1968:491).

Nesta mesma linha de dar ao desenvolvimento conteúdos diferentes da simples acumulação de riqueza, a P. P. recusa-se a identificar desenvolvimento com o simples ter mais, pois o que está em causa é levar cada homem a ser mais (n.º 18).

Por sua vez a *S. R. S.* insiste na distinção entre desenvolvimento e progresso, dando a este uma conotação com o Iluminismo (n.º 27). Recusa-se também a aceitar a noção economicista de desenvolvimento. A razão é que não basta ter mais. É preciso sobretudo saber usar. E os factos, como refere a mesma Encíclica, dizem que “se toda a massa dos recursos e das potencialidades humanas posta à disposição do Homem não for regida por uma intenção moral e por uma orientação no sentido do verdadeiro bem do género humano, volta-se facilmente contra ele para o oprimir” (n.º 28).

2.3. Noção de Desenvolvimento

O autêntico desenvolvimento, na visão cristã, é o chamado desenvolvimento integral. Chama-se assim porque pretende promover todos os homens e o homem todo (*P.P.*, n.º 14).

Como realidade global o desenvolvimento envolve aspectos económicos, culturais e sociais. Podemos chamar a este modelo de desenvolvimento desenvolvimento pleno, porque supõe uma visão global do Homem e da Humanidade. Desta visão faz parte levar a sério o princípio de que o Homem não é objecto da economia, mas o seu sujeito, ou seja “fundamento, eixo e fim” (*P. P.*, n.º 13).

Paulo VI, no documento que estamos a citar, não se contentou com generalidades, mas concretizou. Assim, se o desenvolvimento é passagem de condições menos humanas a condições mais humanas (*P.P.*, n.º 20), enumeram-se as condições consideradas menos humanas e as mais humanas. Entre umas e outras encontramos o material misturado com o social, o cultural, o espiritual, os direitos e garantias fundamentais de todo o homem, assim como a sua abertura à relação com Deus (*P.P.*, n.º 21).

Assim concebido, o desenvolvimento é apelo permanente a ricos e pobres, porque se insere na vocação do Homem a crescer sempre e cada vez mais na consciência do seu valor quase infinito

2.4. O Homem e a sua vocação para o Desenvolvimento

Podemos dizer que o Homem é como um projecto inacabado. De facto, ele não foi criado por Deus na situação de um ser plenamente acabado. Pelo contrário, sente-se a caminho de uma meta que ainda não atingiu e que só atingirá quando tiver plenamente desenvolvidas as suas capacidades. Diz a este propósito o Papa Paulo VI:

“Nos desígnios de Deus cada homem é chamado a desenvolver-se, porque toda a vida é vocação. É dado a todos, em germen, desde o nascimento, um conjunto de aptidões e qualidades para as fazer render” (*P.P.*, n.º 15).

É este o grande desafio que se coloca a cada homem confrontado diariamente com a necessidade interior de se desenvolver: descobrir as suas aptidões e exercitá-las, tornando-se assim o primeiro responsável pelo seu crescimento humano. Compreendemos assim que o Homem possa e deva ser definido como um projecto, que ainda se encontra em situação inacabada, cabendo-lhe a responsabilidade de ser “o artífice principal do seu êxito ou do seu fracasso” (*P.P.*, n.º 21).

Na opinião do comentador da *P. P.*, Sorigi Tommasi, o homem aqui contemplado é “o Homem Integral, síntese superior do ‘homo faber’, ‘homo sapiens’, ‘homo oeconomicus’”. É um homem integrado, social, em solidariedade planetária” (Sorigi Tommaso, 1967: 29).

2.5. Desenvolvimento e respeito pelos direitos

O verdadeiro desenvolvimento, no sentido que atrás lhe demos, exige escrupuloso respeito pelos direitos humanos fundamentais.

À cabeça está o direito à vida, os direitos da família, a justiça nas relações de trabalho, o respeito pela identidade de cada povo e também o de cada homem ter condições para a realização da sua vocação transcendente. São direitos que o simples progresso económico não pode satisfazer, mas envolvem sempre exigências morais, culturais, espirituais.

Por vezes, e os factos demonstram-no a cada passo, surge a tentação de encurtar caminho para atingir mais rapidamente objectivos que são em si mesmos legítimos e até necessários, mas à custa da violação de direitos fundamentais. Está neste caso tanto a miragem da planificação rigorosa da economia, sem contar com a participação dos cidadãos, como a miragem do lucro pelo lucro. Os sacrificados são sempre os cidadãos que intervêm no processo económico de forma mais ou menos directa (cfr. *S.R.S.*, n.º 33).

Para além destes direitos inalienáveis de cada pessoa, o verdadeiro desenvolvimento há-de respeitar também os direitos da natureza. A *S.R.S.* chama-lhe respeito pela ecologia (n.º 34) e sintoniza neste ponto com uma grande preocupação que existe no mundo de hoje, em que os recursos da natureza se apresentam, como nunca, limitados, exigindo do homem uma utilização responsável. Esta responsabilidade envolve que se levem a sério os direitos de todos os que são chamados a usar a natureza, incluindo os que hão-de nascer. Os homens de hoje não têm o direito de inviabilizar o bem-estar das gerações futuras para satisfazer a seu desejo insaciável de consumir.

Ao direito de todos sobre a natureza juntamos o princípio cristão de que o domínio concedido por Deus ao homem sobre a terra não é absoluto. Não lhe foram dados poderes para usar e abusar da criação. Os bens criados são um dom de Deus a cada homem e a todos os homens, os de hoje e os de amanhã.

Daqui deduzimos que nas relações com a natureza há uma lei moral a respeitar. O máximo lucro com o mínimo de custos económicos não pode ser o critério

único de decisão, quando se trata de usar os recursos naturais para o desenvolvimento. E também aqui o autêntico desenvolvimento envolve uma componente moral.

3. ECONOMIA AO SERVIÇO DO HOMEM OU O HOMEM AO SERVIÇO DA ECONOMIA?

3.1. A teoria e os factos

Partindo da noção de desenvolvimento que ficou estabelecida é fácil dar uma resposta teórica a esta pergunta. O verdadeiro desenvolvimento coloca o Homem no centro.

Segundo *G.S.*, n.º 63, o Homem é o “protagonista, o centro e o fim de toda a vida económico-social”. Por isso a finalidade fundamental da produção não pode ser o aumento dos produtos, nem o poderio, mas o serviço do Homem Integral.

Os factos, todavia, não se inserem sempre nesta linha de orientação. Como constata a mesma *G.S.*, n.º 67, “é muito frequente, mesmo em nossos dias, estarem os trabalhadores demasiado escravizados à própria actividade”.

Começamos, assim, a confrontar-nos com uma inversão de valores. Na mira de conseguir rapidamente abundante produção económica, mesmo fazendo crer que esta reverterá em favor de todos, transformam-se homens em máquinas, marginalizando-os das decisões inerentes ao processo produtivo, para já não falar em condições infra-humanas que as estruturas economicistas lhes impõem. Utiliza-se a sua capacidade de produzir — força de trabalho, como muitos lhe chamam — à maneira de qualquer outra mercadoria, portanto sujeita às leis do mercado. Pelo menos alguns homens deixam de ser minimamente sujeitos do desenvolvimento para serem transformados em meros instrumentos, num processo orientado só para gerar riqueza material. Independentemente de averiguarmos a quem vai servir esta riqueza, como vai ela ser distribuída, verificamos que o processo está errado, porque o homem, de fim, é transformado em meio.

Contra a tentação de sacrificar pessoas no altar de uma mentalidade economicista que espera do progresso material a resolução de todos os problemas humanos, levanta-se a voz autorizada da *P.P.*, n.º 34:

“Qualquer programa de desenvolvimento só tem razão de ser colocado ao serviço do Homem. Pertence-lhe tornar cada homem capaz de, por si próprio, ser agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual”.

Recusa-se, assim, a visão economicista do desenvolvimento.

Também a própria experiência geral vai descobrindo que a mera acumulação de bens e serviços, mesmo que sejam para todos, não satisfaz as exigências da felicidade humana³.

3.2. Ter mais ao serviço do ser mais

É um facto a sedução que existe na sociedade moderna pela acumulação de bens materiais. Parece que podemos dividir os cidadãos entre os que têm muito e os que aspiram a ter muito, entre os ricos e os aspirantes a ricos, mesmo que estes sejam a maioria em relação aos primeiros. Está gerada uma mentalidade e um ritmo de vida a que nos habituámos a chamar de consumismo.

Por isso, é de todo oportuno lembrar que desenvolvimento não é ter mais. O verdadeiro desenvolvimento exige, isso sim, uma utilização dos bens materiais em espírito de pobreza, a fim de que os homens não fixem o seu coração nas riquezas como se fossem seus escravos, mas usando-as como senhores delas. Sobre a procura desenfreada do “ter”, Paulo VI faz a seguinte denúncia:

“A busca exclusiva do ter constitui um obstáculo ao crescimento do ser e opõe-se à sua verdadeira grandeza: tanto para as nações como para as pessoas a avareza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral” (*P.P.*, n.º 19)⁴.

3.3. Superdesenvolvimento e subdesenvolvimento

Ficam colocados os princípios para concluirmos que coexistem lado a lado duas formas de escravatura: a dos que têm muito e a dos que não têm nada ou não têm o suficiente. Sobre este escândalo social, que os homens, embora dotados de capacidades, tardam em eliminar, diz o actual Papa:

“Ao lado da miséria e do subdesenvolvimento, que não podem ser toleradas, encontramos-nos perante uma espécie de superdesenvolvimento, igualmente inadmissível, porque, como o primeiro, é contrário ao bem e à felicidade autêntica” (*S.R.S.*, n.º 28).

De facto o chamado superdesenvolvimento, que consiste na excessiva disponibilidade de toda a espécie de bens materiais, torna facilmente os homens escravos da posse e do gozo imediato, sem outro horizonte que não seja a multiplicação e a substituição contínua de coisas já possuídas por outras mais perfeitas. É a miragem do consumismo que a mentalidade dominante e que os mecanismos sociais como a publicidade se encarregam de promover. Quanto mais se tem mais se deseja ter, enquanto as aspirações mais profundas ficam esquecidas ou são sufocadas.

Por outro lado o subdesenvolvimento, impedindo o acesso de vastas camadas de população ao mínimo de “ter” indispensável, cria as condições para o fácil domínio ou instrumentalização das mesmas. Sem cultura, sem tempo e energias disponíveis para satisfazer outras necessidades que não sejam as da sobrevivência, os homens são mais facilmente manipuláveis. Geralmente o controlo protecctionista exercido pelos países ricos sobre minorias dos países pobres cria mecanismos que levam as populações destes a engrossarem as riquezas dos

primeiros. E tal controlo chega ao ponto de estabelecer, camufladamente embora, limites ao próprio crescimento demográfico, pois é preciso que a população pobre seja suficiente para garantir o abastecimento dos consumidores, sem, por outro lado, constituir perigo de desestabilização, mesmo que seja só com o seu crescimento em número. Podemos aqui encontrar alguma justificação para sistemáticas campanhas pró aborto e de esterilização nos países do Terceiro Mundo (cfr. Shooyans, 1988:493-4).

O critério para decidir sobre os projectos de desenvolvimento não são, de facto, as reais necessidades dos países pobres e das suas populações, nem os deveres de justiça que os países ricos têm para com eles. O que vemos é que, nos países subdesenvolvidos, os homens são colocados no outro prato da balança e aí pesados para satisfazer as conveniências dos consumidores privilegiados. O que conta é a segurança dos ricos e esta requer “que a população pobre seja mantida nos limites definidos pelos interesses dos ricos e não dos direitos inalienáveis dos pobres” (Shooyans, 1988: 4).

3.4. A lógica do mercado e sua desumanidade

Na última encíclica publicada sobre Doutrina Social da Igreja, o Papa João Paulo II enfrenta, com clareza meridiana, o problema do mercado livre. Vale a pena recortar dela o seguinte texto:

“Tanto no âmbito de cada nação como no das relações internacionais, o mercado livre parece ser o instrumento mais eficaz para dinamizar os recursos e corresponder às necessidades. Isto, contudo, vale apenas para as necessidades “solvíveis”, que gozam da possibilidade de aquisição e para os recursos que são comercializáveis, isto é, capazes de obter um preço adequado. Mas existem numerosas carências humanas sem acesso ao mercado. É estrito dever de justiça e verdade impedir que as necessidades humanas fundamentais permaneçam insatisfeitas e que pereçam os homens por elas oprimidos” (João Paulo II, 1991: n.º 34).

Estamos diante da chamada lógica ou ideologia do mercado que tende a constituir-se em mentalidade dominante. De facto, nela, quando à margem de qualquer controlo dos poderes públicos⁵, o homem fica consciente ou inconscientemente reduzido ao “homo oeconomicus”, onde impera a lei do mais forte e cada vez será maior o número daqueles que ficam excluídos da mesa dos benefícios materiais.

Esta lógica ou ideologia, além de esquecer que o homem não é só nem principalmente matéria, leva a excluir do circuito económico os que não produzem.

De facto não pode haver nada de mais contrário à visão cristã do que um modelo de desenvolvimento “que tenha em vista simplesmente a reprodução e acumulação de capital” (Ernâni Lopes, 1988:234). É preciso, assim, ultrapassar o mais rapidamente possível os modelos mecanicistas que teimam em impor-se no

desenvolvimento económico e social e que, de forma mais ou menos clara, são o figurino organizativo da nova Europa que está em gestação⁶.

É esta a lógica implacável da Ideologia Liberal que leva a subordinar o homem às coisas, a sacralizar as coisas sacrificando-lhes a dignidade humana (Schooyans, 1988: 495). Nela fica sancionado o direito do mais forte, sendo a própria justiça assim como a noção de liberdade também determinadas pela mesma parte mais forte. A fraseologia sobre os direitos do homem e dos povos essa não falta nem se prevê que venha a faltar nos discursos políticos, parecendo todavia mais determinada pela necessidade de desviar as atenções e alienar as grandes massas do que pelo desejo de enfrentar e resolver problemas reais. É mais uma maneira e esta sofisticada de encobrir a verdadeira realidade das relações entre forças desiguais.

De acordo com a lógica do mercado em si mesma, aos ricos não interessa resolver os problemas da fome. Dela, com efeito, faz parte, segundo a dialéctica hegeliana do senhor e do escravo, levar o senhor (rico) a fixar a ajuda ao pobre no estritamente necessário — ajuda cônica. O senhor só pode aceitar no circuito da produção um número limitado de pobres e estes conservados não muita acima da “linha de água” da miséria, portanto sem capacidade material e cultural para progredirem na consciência dos seus direitos, não venham a criar problemas desestabilizadores para a situação (cfr. Schooyans, 1988:496).

Com a recente queda dos regimes totalitários do Leste Europeu cria-se uma nova responsabilidade a esta velha Europa, que é a de definir um novo futuro que não seja o da lógica do mercado. A tentação é, de facto, apresentar como vitorioso o modelo sobrevivente, mas que, pelas razões aduzidas, vemos que não serve, pelo menos sem a tutela de outros poderes.

Urge aproveitar as novas condições recentemente criadas na Europa e no mundo para que os homens se libertem do economicismo, como se estão a libertar do colectivismo e compreendam que verdadeiro desenvolvimento só pode ser o desenvolvimento integral (cfr. Vieira de Andrade, 1988:124).

Ora, no aproveitamento destas novas oportunidades, têm uma palavra a dizer os cristãos e as instituições cristãs; entre estas a Universidade Católica e dentro dela a formação de gestores⁷.

4. PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO CENTRADO NO HOMEM

Está por inventar e sobretudo está por aplicar um modelo de desenvolvimento centrado no Homem. Sabemos que esse modelo não cai do Céu, mas terá de ser elaborado a partir de experiências já feitas ou em curso.

Entrando no debate sobre o desenvolvimento, a Doutrina Social da Igreja e, nomeadamente, como a apresenta S.R.S., insiste no seu imprescindível carácter moral⁸.

4.1. O que é o Homem

O quadro moral onde temos de situar o verdadeiro desenvolvimento é o Homem visto em todas as suas dimensões. Ora, segundo a visão cristã, o Homem não é um objecto manipulável, mas uma pessoa com direitos invioláveis e deveres. Criado por Deus à Sua imagem e semelhança, foi colocado no mundo, com a missão de o dominar e programar, respeitando a Lei Divina inscrita na própria natureza das coisas⁹. Daqui podemos, desde já, tirar uma primeira conclusão, a saber: tudo quanto existe sobre a terra deve ser ordenado em função do Homem.

Pela sua dimensão corporal cada homem encontra-se imerso na História, onde, juntamente com todos os outros homens, está embarcado na grande aventura colectiva.

Pela interioridade espiritual, transcende as coisas que o rodeiam, sente-se com capacidade para as ordenar e sobretudo chamado a uma vida sem limitações no tempo ou outras. Experimenta-se como uma consciência, centro de decisões que o comprometem e também âmbito onde ecoa uma voz que não é a sua. É o íntimo mais íntimo de cada um, onde se dá o encontro com Deus.

Por sua vez, a liberdade, que não é fazer o que mais apetece em cada momento, determina que seja senhor e único responsável pelos seus actos.

Cada homem sente sobretudo que seria trágica a existência sobre a terra se ficasse encerrada nos limites estreitos do tempo e, por isso, no coração lateja-lhe o desejo de uma Vida Eterna que, em Jesus Cristo, Morto e Ressuscitado, já lhe está oferecida. São estas as grandes linhas da visão cristã do Homem que determinam o modelo de desenvolvimento atrás apontado¹⁰.

4.2. Projecto comprometido pelo pecado

Não é difícil constatar-mos, pela experiência diária, quanto estão distantes deste modelo os homens que somos e conhecemos. É que na História Humana entrou um novo dado, que nos habituámos a chamar pecado.

Pecado acontece quando o Homem recusa o plano de Deus e simultaneamente rompe consigo mesmo, com os outros e com a natureza. Nesta rotura, que começa na decisão pessoal de cada um enquanto pecador e se repercute socialmente em estruturas de pecado, consiste também a fonte da desordem que notámos no desenvolvimento (cfr. *S.R.S.*, n.ºs 30 e 36).

4.3. A Conversão, caminho do Desenvolvimento

Estamos, de facto, perante homens reais, mergulhados na situação trágica criada pelo pecado e que Jesus Cristo chamou a ser homens novos, associando-os a si mesmo na obra da recriação da Humanidade.

Cada homem, na visão cristã, é portador da vocação para se associar à obra criadora e redentora de Jesus Cristo e esta convicção repercute-se, por necessi-

dade, no modelo de desenvolvimento a eleger. Este, de acordo, com S.R.S., n.º 30, deve ser considerado “como um momento da História iniciada com a Criação e continuamente posta em perigo pela infidelidade à vontade do Criador”. E mais à frente acrescenta-se: “Não cumpriria a vontade de Deus Criador quem quisesse renunciar à tarefa difícil, mas nobilitante, de melhorar a sorte do homem todo e de todos os homens”.

É esta a conversão a que, na visão cristã, todos os homens são chamados a viver, com evidentes repercussões no modelo de desenvolvimento apresentado.

CONCLUSÃO

Desenvolvimento não se identifica com crescimento económico, mas diz respeito à promoção integral do homem todo e de todos os homens. Como o Homem não é só espírito, mas também relação corporal, a salvação que o Evangelho apresenta não pode ser só salvação da alma, mas salvação do homem todo, incluindo a sua dimensão corporal e social.

Por aqui compreendemos a afirmação do Sínodo de 1971 de que a acção pela justiça é parte integrante da Mensagem do Evangelho.

Todo o Homem é chamado ao desenvolvimento, na medida em que foi criado por Deus como ser inacabado, portanto em construção ou em constante crescimento. Por sua vez, todo o desenvolvimento envolve, por necessidade, uma dimensão moral, na medida em que tem de respeitar os direitos do Homem e da Natureza. Em consequência, o desenvolvimento ou humaniza ou não é desenvolvimento.

De acordo com esta noção de desenvolvimento, a Economia há-de estar sempre ao serviço do Homem, embora possamos constatar a tentação permanente que existe no mundo de instrumentalizar muitos homens e grupos de homens para fins puramente economicistas.

A lógica do mercado, sem qualquer controlo por parte dos poderes públicos é, em si mesma, desumana, na medida em que consagra a lei do mais forte, reduz o homem a instrumento de produção e lhe subtrai, por tendência, as suas dimensões mais nobres como são a espiritual e a transcendente.

Os poderes públicos têm uma função económica e social insubstituível para humanizar a chamada economia de mercado, colocando-a ao serviço do homem todo, única medida do desenvolvimento.

NOTAS

1. É de sublinhar a palavra “constitutiva”, denotando a relação forte e inalienável entre Evangelho e promoção humana. O teólogo americano Murphy comenta assim esta relação constitutiva: “Trabalhar pela justiça não é só uma conclusão ética do Cristianismo, mas pertence ao Evangelho em si” (Murphy, 1983: 308).

2. Cfr. Schooyans, 1988: 481-483, onde se referem as relações entre as duas encíclicas publicadas à distância de 20 anos uma da outra.

3. Esta ideia está bem vincada pela S.R.S., n.º 28: “Também entrou em crise a própria concepção económica ou economicista vinculada à palavra desenvolvimento”.

4. Esta denúncia já tinha sido feita no Concílio Vaticano II, alguns anos atrás (cfr. G.S., n.º 35) e foi retomada na S.R.S., n.º 28, onde se afirma: “Ter objectos e bens não aperfeiçoa de per si o sujeito humano, se não contribuir para a maturação e para o enriquecimento do seu ser”.

5. As conclusões da Semana Social de França 1991, que decorreu em Paris nos dias 9, 10 e 11 de Novembro, admitem a economia de mercado, mas sujeita ao controlo económico e social dos poderes públicos (cfr. *La Documentation Catholique*, n.º 2045, de 1/3/1992: 218).

6. Um olhar sobre a Europa em construção foi o tema do recente encontro, em Fátima, dos bispos portugueses acompanhados das respectivas equipas assessoras vindas das dioceses. A avaliar pelo que se espelhou na Comunicação Social e pelo Comunicado final, responsabilidade importante cai sobre os ombros da Igreja nesta hora de redefinição do futuro da Europa.

7. Esta foi a opinião emitida por Ernâni Lopes, numa sua intervenção em Lisboa, para assinalar o 20º aniversário da G.S. (cfr. Ernâni Lopes, 1988: 246).

8. Cfr. n.ºs 31, 34, 35 e 38 e comentário de Schooyans, 1988:483, onde desenvolve a seguinte lógica: carácter moral do desenvolvimento-pecado social-caminho da conversão para o autêntico desenvolvimento.

9. Cfr. *Livro do Génesis*, 1,26-28.

10. Esta a visão de Homem que aponta G.S., n.ºs 12-18. Cfr. também Schooyans, 1988: 500.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Vieira de, 1988, “Suplectividade do Estado e desenvolvimento”, *Gaudium et Spes. Uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, Lisboa, Rei dos Livros.

CAPELO MARTINEZ, 1967, “El desarrollo económico”, *Concílio Vaticano II. Comentários de la constitución “Gaudium et Spes” sobre la Iglesia en el mundo de hoy*, Madrid, B.A.C.

CONCÍLIO VATICANO II, 1979, “Constituição Pastoral da Igreja no Mundo Contemporâneo ‘Gaudium et Spes’”, *Concílio Ecuménico Vaticano II. Documentos Conciliares e Pontifícios*, Braga, A.O.

LOPES Ernâni, 1988, “Apresentação do tema geral ‘A Economia e o Trabalho’”, *Gaudium et Spes. Uma leitura pluridisciplinar vinte anos depois*, Lisboa, Rei dos Livros.

FIORINZA, Francis Schlüsse, 1982, “The Church's Religious identity and its social and political mission”, *Theological Studies* XLIII (2), 197-225.

- JOÃO PAULO II, 1988, *A solicitude social da Igreja. Carta Encíclica 'Sollicitudo Rei Socialis' do Papa João Paulo II*, Braga, A.O.
- MURPHY, Charles M., 1983, "Action for justice as constitutive of the preaching and the Gospel: What did the 1971 Synod mean?", *Theological Studies*, XLIV (2), 298-311.
- PAULO VI, 1976, *Evangelii Nuntiandi*, Braga, A.O.
- SCHOOTYANS, M., 1988, "Dérives totalitaires et 'structures de péché'. À propos de l'Encyclique 'Sollicitudo Rei Socialis'", *Nouvelle Revue Théologique*, CX (4), 481-502.
- SÍNODO DOS BISPOS, 1971, *Sacerdócio Ministerial e Justiça no Mundo*, Lisboa, Edições da Conferência Episcopal.
- SORGI, Tommaso, 1967, "Sviluppo della dottrina sociale cristiana nell'enciclica", *Quaderni di Ekklesia. Testo e commento dell'enciclica 'Populorum Progressio'*, Roma, Città Nuova editrice.